

O MODO DE PRODUÇÃO CAMPONESA E O USO DE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS NO SEMIÁRIDO: A RESISTÊNCIA DO MST NO VALE DO JAGUARIBE, CEARÁ

The peasant mode of production and the use of sustainable technologies in the semi-arid region: the resistance of the MST in the Jaguaribe Valley, Ceará

Sara Pereira de Matos

Mestra em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

<https://orcid.org/0009-0008-4544-8163>

geosaramatos@gmail.com

Aldiva Sales Diniz

Doutora em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

<https://orcid.org/0000-0001-9680-4617>

aldivasales@uvanet.br

Artigo recebido em junho/2026 e aceito em agosto/2026

RESUMO

Este artigo analisa o processo de resistência camponesa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Vale do Jaguaribe-Ceará, a partir da incorporação de tecnologias sociais sustentáveis em áreas de reforma agrária, como o Bernardo Marin II, no município de Russas; e Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte. Busca-se compreender as contradições históricas do semiárido, as condições socioambientais dos territórios e as práticas produtivas desenvolvidas pelas famílias assentadas e acampadas. A pesquisa fundamenta-se no método histórico-dialético, articulando abordagem qualitativa e dados quantitativos. Os resultados indicam que as tecnologias sociais adotadas contribuem para a produção camponesa, autonomia dos sujeitos, soberania alimentar e valorização dos saberes locais. Conclui-se, também, que tais práticas, associadas à organização política do MST no Ceará, desempenham papel fundamental para a reprodução social, permanência das famílias no campo e centralidade da luta pela reforma agrária.

Palavras-chave: Bem viver; território; reforma agrária; semiárido.

ABSTRACT

This paper analyzes the process of peasant resistance led by the Landless Workers' Movement (MST) in the Jaguaribe Valley, Ceará, focusing on the incorporation of sustainable social technologies in agrarian reform areas, specifically the Bernardo Marin II settlement in Russas and the Zé Maria do Tomé encampment/settlement in Limoeiro do Norte. It seeks to understand the historical contradictions of the semi-arid region, the socio-environmental conditions of these territories, and the productive practices developed by the settled and encamped families. Methodologically, the research is grounded in the historical-dialectical method, articulating a qualitative approach with quantitative data. The results indicate that the adopted social technologies contribute significantly to peasant production, individual and collective autonomy, food sovereignty, and the valorization of local knowledge. The study concludes that such practices, associated with the political organization of the

MST in Ceará, play a fundamental role in social reproduction, the permanence of families in rural areas, and the centrality of the struggle for agrarian reform.

Keywords: Buen vivir; territory; agrarian reform; semi-arid region.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de uma pesquisa de mestrado acadêmico que se fundamenta no compromisso com o desenvolvimento territorial sustentável, a equidade social e o respeito às tradições camponesas. Dessa forma, alinha-se à área de concentração “Organização, Produção e Gestão do Território no Semiárido” e à linha de pesquisa “Dinâmica Territorial: Campo e Cidade” do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (PROP GEO-UVA).

Realizado entre os anos de 2024-2026, o estudo contribui para o debate acadêmico e demandas práticas da sociedade. Ao manter o diálogo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), avalia a resistência camponesa no Ceará a partir do seu processo de produção. Dessa forma, apresenta-se a importância das organizações do campesinato no semiárido para o desenvolvimento de alternativas agroecológicas de vida, mesmo diante da invisibilidade, do desamparo das políticas públicas e do encurralamento do agronegócio, conforme apontam Rigotto *et al.* (2012).

Esse confronto ganha proporção na metade do século XVII, momento em que o agronegócio avançara no campo como atividade agropecuária, colonizando os sertões via expropriação e exploração do campesinato. Conforme os trabalhos de Farias (2021), Diniz (2009) e Pereira (2012), a estrutura fundiária no Ceará passava por um processo de concessão de sesmarias e formação de latifúndios, estruturados sobre a base de um binômio econômico: o plantio de algodão e a criação bovina, edificados com o genocídio e etnocídio dos povos e comunidades tradicionais, que eram confinados em aldeamentos sob domínio religioso e/ou militar.

Esses episódios retratavam o processo de violência no campo via sujeição e concentração fundiária assistida pelo Estado, com forte impacto sobre os povos indígenas, negros e, de modo geral, sobre trabalhadores(as) pobres do campo. Com isso, pode-se afirmar que a luta por terra no Ceará é tão antiga quanto a formação da sociedade colonial. Ela se insere num contexto histórico de desigualdades sociais, marcada pelo domínio de grandes propriedades de terras na mão de poucos. Assim, como destaca Sabourin (2009), desde a distribuição das sesmarias coloniais, a terra sempre foi instrumento de poder e exclusão social no Brasil.

Segundo as obras de Diniz (2009) e Farias (2021), entende-se que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, as atividades como a produção de charque e a cotonicultura aprofundaram as desigualdades fundiárias, ampliando os domínios econômico e político das elites agrárias no Ceará. Nesse momento,

se desenvolviam e coexistiam dois modelos agrícolas. Havia, de um lado, a produção voltada para sustentar as bases do capitalismo industrial que avançava na Europa, e, de outro, uma agricultura camponesa que resistia nas periferias do grande latifúndio (Oliveira, 2007; Pereira, 2012).

Essa estrutura fundiária desigual mensurava um sistema de classes no campo, dominada por senhores de terra (latifundiários), que detinham postos políticos e controle militar. Em contraste, (r)existia a classe camponesa, composta por vaqueiros, indígenas, negros e demais agricultores(as) pobres do Ceará. Nesse contexto, o campesinato era exposto a formas precárias de trabalho com pouca autonomia, em uma relação marcada pelo compadrio em situação de moradores de condição (ou como meeiros, parceiros, arrendatários), que se encontravam em situação marcada pela submissão e dependência aos latifundiários (Diniz, 2009).

Além disso, Fernandes (2000) e Diniz (2009) destacam que as condições geográficas do semiárido cearense – marcadas por estiagens recorrentes, solo de baixa fertilidade e histórico de dominação coronelista – impuseram desafios à organização dos(as) trabalhadores(as). É nesse sentido que a reforma agrária ganha visibilidade, pela organização da luta e alinhamento de objetivos sociais. O MST ao incorporar o processo de ocupação para desapropriação do latifúndio improdutivo traz centralidade para a luta pela terra. Ao mesmo tempo, defende um modelo produtivo “misto”, que combina o trabalho familiar com atividades coletivas de bem viver no campo (Diniz, 2009; Pereira, 2012).

Esse modo de produção garante maior autonomia aos/às trabalhadores(a), assim como constrói uma consciência coletiva e o desenvolvimento do trabalho social. Todavia, no Ceará, ainda existem desafios estruturais, pois os assentamentos estão localizados no semiárido, onde enfrentam entraves hídricos e negligência estatal com a falta de políticas públicas de apoio à reforma agrária (Diniz, 2009; Pereira, 2012).

Concomitantemente, é válido destacar que a expansão do agronegócio e das grandes obras de infraestrutura agrícola e mineralógica no Ceará favorecem historicamente o capital privado (Elias, 2003). Ao passo que agravam a exclusão de muitos(as) camponeses(as) das áreas mais produtivas e/ou com maiores investimentos tecnológicos, o que revela as contradições do modelo de “desenvolvimento” territorial vigente. É o que se pode chamar de reinvenção da indústria da seca.

Dessa maneira, a constituição do campesinato cearense é circunscrita historicamente pelas dificuldades estruturais; isolamentos sociais; força repressiva do poder local (incluindo os papéis da Igreja e do Estado); e a escassez de terras disponíveis – dada a concentração fundiária e as condições naturais do clima semiárido (Farias, 2021; Diniz, 2009; Pereira, 2012).

Isso acarreta limitações na mobilização e organização socioespacial dessa classe, pois essas verticalidades¹ impõem ao/à camponês(a) a condição de miséria e subserviência, que se somam aos descasos políticos, em que o campesinato desenvolve estratégias de adaptação, resistência e reprodução social a partir da luta pela terra para continuar a existir enquanto classe social (Marques, 2008). Desse modo, a resistência camponesa se materializa e potencializa-se para a formação de Assentamentos de Reforma Agrária a partir das contribuições do MST.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

Analisar o processo de resistência camponesa do MST no Vale do Jaguaribe (CE), a partir da incorporação de tecnologias sociais sustentáveis no processo de produção desenvolvido nas áreas de reforma agrária Bernardo Marin II (Russas-CE) e Zé Maria do Tomé (Limoeiro do Norte-CE).

2.2. Específicos

1. Analisar as contradições históricas do semiárido cearense e sua relação com a formação e o fortalecimento da resistência camponesa nos territórios investigados;

2. Avaliar a paisagem agrária como expressão das contradições socioespaciais, articulando os elementos da tecnosfera e da psicosfera na luta pela terra nos recortes espaciais estudados; e

3. Identificar e compreender o papel das tecnologias sociais sustentáveis para a reprodução social, produtiva e cultural das famílias assentadas e acampadas da reforma agrária.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adota como método de interpretação o materialismo histórico-dialético (Netto, 2011), analisando os processos socioespaciais a partir das contradições historicamente materializadas no espaço agrário cearense. Assim, foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais, aliados à pesquisa de campo de caráter exploratório. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com famílias assentadas da reforma agrária. Além disso, imagens geoespaciais foram utilizadas para analisar a relação entre o modo de produção camponês e a convivência com o semiárido.

¹ Conceito explorado em Milton Santos (2006): o conceito de verticalidade está ligado à forma como os processos e agentes externos ao território – especialmente as grandes empresas, o capital financeiro e o Estado, - intervêm e organizam o espaço de cima para baixo, ou seja, de maneira imposta e muitas vezes alheia às dinâmicas locais.

Os procedimentos metodológicos consistem em: a) Pesquisa bibliográfica, a partir de livros, artigos e dissertações sobre: questão agrária, MST, semiárido, tecnologias sociais e campesinato; b) Pesquisa documental, com análise de dados do IPECE, IBGE, INCRA, relatórios institucionais e documentos do MST; c) Trabalho de campo no assentamento Bernardo Marin II e no acampamento Zé Maria do Tomé; d) Realização de entrevistas semiestruturadas com assentados, lideranças locais e técnicos vinculados às experiências produtivas; e) Observação direta das práticas produtivas, organizativas e territoriais; registro em diário de campo e produção de material fotográfico, quando autorizado.

Os dados qualitativos foram apreciados por meio da análise de conteúdo, articulados à interpretação geográfica e histórica dos territórios. Constituem materiais empíricos da pesquisa: 1. **Dados secundários:** Perfil Municipal do IPECE (2018 e atualizações); Dados do IBGE; Informações do INCRA; Documentos do MST; 2. **Dados primários:** entrevistas gravadas e transcritas com produtores(as), lideranças do setor da produção e demais representantes das cooperativas regionais do MST-CE; registros em diário de campo; fotografias produzidas durante o trabalho de campo; e **material cartográfico:** mapas produzidos em ambiente SIG (QGIS), quando necessário.

Além disso, a pesquisa respeitou os princípios éticos, assegurando aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os entrevistados autorizaram, conscientemente, o uso de seus nomes, em respeito à organicidade da pesquisa e ao reconhecimento de suas trajetórias e lutas. O estudo possui abordagem qualitativa, com apoio de dados quantitativos, e fundamentou-se no método histórico-dialético, buscando compreender as contradições sociais, territoriais e produtivas no contexto do semiárido no Ceará.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Expresso isso, é importante considerar que os Assentamentos de Reforma Agrária no estado do Ceará possuem uma característica estratégica: há uma forma de organização na qual a terra é coletiva, ou seja, não existe divisão dos lotes e o trabalho se organiza entre o coletivo e o familiar. Uma grande parte desses assentamentos está localizada na faixa do semiárido, cujo bioma predominante é a Caatinga. Portanto, as escolhas organizacionais e produtivas possuem influência diretamente associada ao meio físico-natural, como apontam as análises de campo realizadas por Diniz (2009).

Esses territórios, inseridos no Semiárido brasileiro, caracterizam-se por irregularidade pluviométrica, elevada evapotranspiração, solos rasos e ciclos ecológicos específicos, conforme indicado por Ab'Sáber (2003). Tais elementos, contudo, não determinam as péssimas condições de trabalho no campo. O semiárido corresponde a uma região de antiga ocupação humana, historicamente baseada no pastoreio extensivo e na utilização das ribeiras e brejos.

Além disso, concentra uma das mais elevadas pressões demográficas entre as regiões semiáridas do mundo (Ab'Sáber, 2003). Os desafios enfrentados na região Nordeste, no entanto, não se restringem às questões ambientais, mas se configuram, sobretudo, como uma questão política, conforme discute Carvalho (1987).

A autora ainda indica que, a recorrente invenção discursiva do Nordeste sustenta o chamado discurso da seca, o qual, especialmente nas últimas décadas, tem servido mais como instrumento político do que como base para transformações estruturais efetivas (Carvalho, 1987).

O que dizer dessa discussão? Como lembra Engels (1964), o Estado serve ao interesse da classe dominante. E esse debate é amplamente tensionado pelas artes e pelas expressões culturais de caráter político-social, que historicamente denunciavam o abandono e a negligência estatal.

Dito isso, os recortes espaciais analisados neste estudo são o resultado coletivo de homens e mulheres que lutam contra o latifúndio improdutivo. Situados na região do Vale do Jaguaribe, o Assentamento Bernardo Marin II, do município de Russas-CE, e o Acampamento Zé Maria do Tomé, do município de Limoeiro do Norte-CE, são áreas de produção importantes para o MST-CE.

Esses territórios configuram-se como expressões da resistência camponesa, construídos a partir da luta pela terra. O modo de produção desenvolvido nesses espaços baseia-se na agricultura camponesa e familiar (Pereira, 2023). A seguir, na **Figura 1**, apresenta-se o mapa de localização dos municípios e territórios estudados.

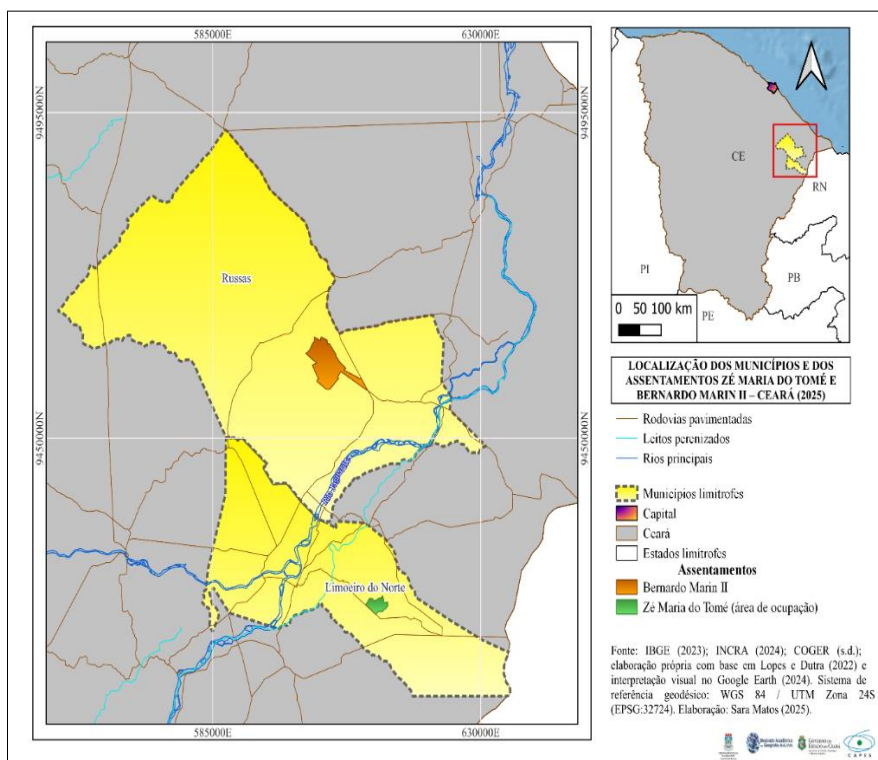


Figura 1 – Localização territorial das áreas de reforma agrária: Bernardo Marin II e Zé Maria do Tomé.
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

É importante destacar que os limites do Acampamento Zé Maria do Tomé foram definidos por nós a partir do *Google Earth*, uma vez que seu recente processo de formalização e reconhecimento enquanto assentamento, ainda impossibilita o acesso aos pontos e limites territoriais oficiais. Assim, o que se apresenta corresponde a uma delimitação a olho nu da sua área territorial de ocupação. Não se trata, portanto, de um limite oficialmente reconhecido pelo INCRA.

A seleção dessas áreas ganha contornos mais robustos ao avaliar-se suas especificidades e as contradições que as perpassam, especialmente em função dos conflitos relacionados à seca e à disputa pela água, somados aos investimentos em perímetros irrigados por toda a região do Vale do rio Jaguaripe. Em relação ao Acampamento Zé Maria do Tomé, trata-se da primeira área de reforma agrária situada em área de perímetro irrigado no Ceará e no Brasil.

Já o Assentamento Bernardo Marim II é um assentamento de reforma agrária consolidado. Sua proximidade territorial com o Assentamento Zé Maria do Tomé permite evidenciar os contrastes e desafios produtivos existentes entre ambos, mesmo que estejam situados em municípios limítrofes. Além disso, o assentamento integra a Área de Produção Ana Primavesi (APA), vinculada ao MST-CE, e se destaca pela atuação e autonomia das mulheres camponesas, que constituem um importante grupo produtivo para o território, denominado “Vitória da Luta”. A seguir, apresenta-se melhor esses territórios:

● Assentamento Bernardo Marim II, Russas–CE:

Conforme os dados do perfil demográfico do IPECE de 2017, o município de Russas-Ceará foi criado em 1766, e sua formação histórica está associada à atividade pecuária, especialmente à criação de cavalos e éguas (Ceará, 2018a). O nome Russas é objeto de debate entre estudiosos do Ceará e possui diferentes interpretações sobre sua origem. A versão mais popular relaciona o topônimo às éguas de cor ruça pertencentes a um fazendeiro chamado Zacarias do Pedro Ribeiro, que se destacavam pela aparência embranquecida. Outra explicação associa o nome à presença de pedras brancas de granito com manchas avermelhadas, que lembrariam à distância essas éguas. Ao longo do tempo, o local recebeu diferentes denominações, até adotar oficialmente o nome Russas, em 1938.

O município está localizado na região Nordeste do Brasil, apresentando coordenadas aproximadas de 4° 56' 25" de latitude Sul e 37° 58' 33" de longitude Oeste (Ceará, 2018a). Ademais, limita-se, ao Norte, com Palhano, Beberibe e Morada Nova; ao Sul, com Morada Nova, Limoeiro do Norte e Quixeré; a Leste, com Quixeré, Jaguaruana e Palhano; e, a Oeste, novamente com Morada Nova. Sua área territorial é de 1.590,3 km², correspondendo a cerca de 1,07% da superfície do estado do Ceará. A altitude média é de aproximadamente 20,5 metros, e a distância em linha reta até a capital Fortaleza é de cerca de 145 km (Ceará, 2018a).

Apresenta clima tropical quente semiárido, com temperatura média anual variando entre 26°C e 28°C. A pluviosidade média anual é de aproximadamente 857,7 mm, concentrando-se principalmente no período chuvoso que se estende de janeiro a abril. O relevo de Russas é caracterizado pela presença da Depressão Sertaneja associada à Planície Fluvial, elementos típicos do baixo curso dos rios da região (Ceará, 2018a). Os solos são diversificados, incluindo solos aluviais, areias quartzosas distróficas, cambissolos, solos litólicos, planossolos solódicos, podzólicos vermelho-amarelos e vertissolos, refletindo a heterogeneidade das condições geomorfológicas e hidrológicas locais (Ceará, 2018a).

A cobertura vegetal é composta predominantemente por Caatinga Arbustiva Aberta e Densa, além de áreas de Complexo Vegetacional da Zona Litorânea e de Floresta Mista Dicotiledônea-Palmácea (Ceará, 2018a). O município integra as bacias hidrográficas do Baixo Jaguaribe e da Região Metropolitana, fatores que desempenham papel relevante para a organização do território e uso dos recursos naturais (Ceará, 2018a).

O assentamento em questão possui uma trajetória de aproximadamente 22 anos, resultante de um processo de luta que se inicia com a ocupação realizada no Tabuleiro de Rússia, em 25 de abril de 2004. Hodiernamente, é composto por 47 famílias assentadas. Cada família dispõe de um quintal produtivo de aproximadamente 3 hectares, com dimensões médias de 60 metros de frente por 500 metros de fundo, organizados de forma autônoma conforme as escolhas e necessidades de cada núcleo familiar.

Além dos quintais, o assentamento conta com áreas produtivas coletivas, totalizando cerca de 240 hectares, nos quais algumas famílias desenvolvem atividades agrícolas, enquanto outras concentram sua produção nos lotes individuais. Há ainda áreas de solta destinadas à criação de animais, especialmente gado, utilizadas de forma compartilhada pelas famílias da comunidade. No conjunto, cada família possui direito a cerca de 58 hectares de terra.

A base produtiva do assentamento é sustentada predominantemente pelo trabalho familiar, articulado a práticas de trabalho coletivo, especialmente voltadas à manutenção dos patrimônios comuns, como a Área de Produção Agroecológica (APA), Ana Primavesi. Entre as experiências coletivas, destaca-se a iniciativa produtiva das mulheres, organizada sob o empreendimento denominado “Nossa Castanha do Caju”, voltado ao beneficiamento do caju.

A produção local combina atividades de autossustento, destinadas ao consumo das famílias, com a geração de renda baseada em práticas agropecuárias. A Associação do Conselho Popular da Comunidade de Resistência do Assentamento Bernardo Marin II (ACOPERABEM) constitui a principal instância de representação política e organizativa do assentamento, sendo responsável pela mediação de projetos, acesso a créditos e articulação institucional.

● Assentamento Zé Maria do Tomé, Limoeiro do Norte–CE

Segundo o perfil demográfico do IPECE de 2017, o município de Limoeiro do Norte-Ceará, teve sua origem administrativa vinculada ao município de Russas, oficialmente criado no ano de 1868 (Ceará, 2018b). A toponímia do município associa-se à grande ocorrência da árvore conhecida como limoeiro na região, elemento que influenciou diretamente a denominação do território (Ceará, 2018b).

Limoeiro do Norte apresenta coordenadas aproximadas de 5° 08' 44" de latitude Sul e 38° 05' 53" de longitude Oeste, situando-se na porção Leste do estado do Ceará (Ceará, 2018b). O município limita-se, ao Norte, com Quixeré e Russas; ao sul, com Tabuleiro do Norte; a Leste, com o estado do Rio Grande do Norte e Quixeré; e, a Oeste, com Morada Nova e São João do Jaguaribe. Sua área territorial é de 750,1 km², correspondendo a cerca de 0,50% da área total do estado. A altitude média é de aproximadamente 30,2 metros, e a distância em linha reta até a capital Fortaleza é de cerca de 162 km (Ceará, 2018b).

O município apresenta clima tropical quente semiárido, com temperaturas médias anuais variando entre 26°C e 28°C. A pluviosidade média anual é de aproximadamente 720,5 mm, concentrando-se principalmente no período chuvoso que se estende de janeiro a abril (Ceará, 2018b). Os solos apresentam diversidade, destacando-se solos aluviais, cambissolos, solos litólicos, planossolos solódicos, vertissolos e podzólicos vermelho-amarelos, refletindo a heterogeneidade das condições geomorfológicas e hidrológicas da região (Ceará, 2018b).

A cobertura vegetal é composta principalmente por Caatinga Arbustiva Densa, além de áreas de Floresta Caducifólia Espinhosa e de Floresta Mista Dicotiledônea-Palmácea. O município integra as bacias hidrográficas do Banabuiú, do Médio Jaguaribe e do Baixo Jaguaribe, aspectos fundamentais para a organização do território e o uso dos recursos hídricos (Ceará, 2018b).

O relevo é predominantemente caracterizado pelas Depressões Sertanejas, além de apresentar setores associados às chapadas e tabuleiros sedimentares, especialmente nas áreas de transição com municípios vizinhos, como Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Quixeré (Ceará, 2018b).

Em relação aos seus aspectos históricos-sociais, desde a década de 1970, segundo Lopes e Dutra (2022), a Chapada do Apodi, impulsionada por investimentos estatais e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura local – familiar/camponesa, converteu-se em uma força motriz da economia regional. Esse processo incentivou a ampliação das áreas irrigadas e atraiu o agronegócio para a região, gerando conflitos por terra e água e intensificando um grave processo de expropriação e exploração camponesa no entorno.

Em 5 de maio de 2014, famílias organizadas pelo MST ocuparam cerca de mil hectares do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, pertencente ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). O território em questão localiza-se nos setores da bacia sedimentar da Chapada do Apodi

e possui 11 anos de existência, configurando-se como a primeira ocupação de reforma agrária em perímetro irrigado no Brasil.

A ocupação surgiu como resposta à concentração fundiária, à exploração do trabalho e ao uso intensivo de agrotóxicos pelas empresas do agronegócio, intensificados desde a implantação do perímetro irrigado, nos anos de 1980. Com produção agrícola voltada, principalmente, para a bananicultura, essas empresas desenvolvem suas atividades com incentivo e investimentos governamentais.

O acampamento, desde o início da sua história, resistiu a constantes perseguições e tentativas de despejo, como em 2018, quando houve uma forte ação policial. O que lhe configura como palco nacional de resistência do MST em confronto direto com o agronegócio, produzindo territorialidades que se refletem em uma paisagem agrária diversificada, a partir da produção camponesa e familiar.

Essa produção consiste no cultivo de uma variedade de culturas, como hortaliças, frutas e legumes, compondo uma produção diversificada, voltada tanto ao consumo quanto à comercialização – ambas as frentes se traduzem na renda² familiar. A mão de obra empregada é predominantemente familiar, característica central do modo de produção camponês (Saquet, 2014). Além das áreas familiares (individuais de cada família), o território conta com área coletiva de uso comum, para a articulação das plenárias e atividades organizativas da comunidade.

Atualmente, o acampamento reúne cerca de 120 famílias, que enfrentam limitações estruturais significativas, como a falta de assistência técnica, crédito agrícola, acesso a maquinários e a outros projetos sociais. Essas dificuldades decorrem do fato de que, até o momento da pesquisa de campo, o território ainda não possuía reconhecimento oficial como assentamento, impedindo o acesso a políticas públicas e a tecnologias sociais voltadas ao campo.

Em outubro de 2025, a Advocacia-Geral da União firmou um acordo com o governo do Ceará que pode encerrar essa disputa fundiária de mais de uma década na Chapada do Apodi. A iniciativa cria o Assentamento Zé Maria do Tomé, como o primeiro assentamento irrigado do estado, beneficiando 120 famílias em uma área superior a mil hectares.

Esse acordo aproxima os interesses da União com a política de reforma agrária. Essa ação integra o Programa Terra da Gente de 2024, e busca promover inclusão produtiva, justiça social e solução de conflitos históricos no campo.

² A produção para autoconsumo reduz a dependência do mercado, diminui gastos com alimentação e assegura segurança alimentar. A produção para comercialização gera renda direta. Mesmo não vendida toda a produção, ela representa economia doméstica e estabilidade material para a família, contribuindo indiretamente para a renda.

4.1. Territórios, contradições e resistência das Áreas de Reforma Agrária no Ceará

O campo é território de identidade e de disputa, onde forças superiores – invisíveis na aparência, mas concretamente operadas pelo capitalismo – pressionam constantemente a vida que nele se tece.

É fundamental relembrar a importância do desenvolvimento da técnica, tecnologia e a práxis camponesa em territórios de reforma agrária, especialmente para a emancipação do trabalho camponês (Neves, 2015). Como afirma Woortmann (1990, p. 42), “A propriedade pecuarista e a propriedade canavieira são, então, a negação do trabalho. É como se fossem, do ponto de vista de uma moralidade camponesa, terras sem sentido. Ao invés de serem a base da liberdade, conduzem ao cativeiro”.

Na fala de Matos (2025)³, ex-trabalhador nas empresas de perímetro irrigado da região Jaguaribe-Apodi, em entrevista, reforça-se essa discussão, funcionando como denúncia das condições vividas pelos agricultores(as) sem-terra:

Nós pequenos aqui, nós vamos para onde? Nós não temos nem para onde ir! Se for falar com um advogado, a primeira coisa que ele diz, ele bota logo é *arrudei* (**manda voltar, ir embora, imediatamente**). E contra os empresários, eles não vão, não. Não, não! [...]

Lá nas empresas, chegou um período lá, que quando você estava precisando de uma situação que você não estava podendo trabalhar — antigamente, eles davam um atestado lá, que você ia lá no INSS e você se encostava. No período, enquanto você não ficasse bom, você estava encostado lá. [...] Mas agora, até aí *se esbarraram* (**dificultaram**). Se você está doente, você vai lá por conta própria. [...] E chegar lá, você sabe que o INSS está reprovando tudo! Aí se você chegar lá e dar a entrada do que você está doente, está precisando daquela coisa que você não está podendo trabalhar, se você for aprovado, é lá. A empresa não tem mais responsabilidade com isso. [...]

Aí eu dizia: rapaz, não dá! É caçar um meio da gente trabalhar pra gente. Aí eu trabalhava lá (**nas empresas do agronegócio da região**) e vinha pra cá (**acampamento**). [...] Eles sabiam que eu vinha para cá e diziam: ‘rapaz, você está indo para onde? Você vai para onde?’ [...] (e **respondia**) Não, eu estou participando do movimento ali do Sem Terra, [...] Mas me deram muito conselho, me sai daquilo ali (**para que saísse**), que: “aquilo ali não dá para você não, rapaz. O negócio daquilo dali, arriscado até morrer ali.” Eu digo: não, mas se eu morrer não tem nada não. Mas eu estou lutando com o que eu estou querendo. Trabalhar pra mim, né? (Damião Matos⁴, 2025, grifos nossos)

Essas falas possuem densidade política e o peso da denúncia, sobretudo a sensação de cerco, ou seja, vigilância e ameaça velada, central para a ideia de cativeiro moderno do(a) agricultor(a). Além disso, destacam como o próprio peso da morte se torna irrelevante frente às opressões impostas pelo capitalismo e pelas perversidades do agronegócio.

Além disso, mesmo em áreas de assentamentos consolidados, há dificuldades associadas à escassez hídrica, assédio moral e ataques criminosos no território. Os relatos de uma família no assentamento Bernardo Marin II, apontam:

³ Informação concedida em entrevista realizada em 24 de setembro de 2025.

⁴ Informação concedida em entrevista realizada em 24 de setembro de 2025.

Chegamos a plantar o quintal produtivo, mas aqui tem uma questão no solo que, não sei se dá na pedra... (**então**) morreu todo! E também a questão da falta da água aqui — é muito ruim para produzir. Muito ruim! Tivemos uma área irrigada, mas muito longe. E só para nós dois, pegou aqueles fogos criminosos, [...] foram vários anos, e queimou tudo que era nosso, tanto as mudas de caju e palma. (Mônica Monteiro⁵, 2025, grifos nossos)

Esses problemas decorrem das contradições e desafios da territorialização camponesa. Maria de Jesus⁶ (2025), do assentamento Bernardo Marin II, explica: “[...] *aqui nós somos muito perseguidos pelo agronegócio. Nós somos muito perseguidos pelo capital. Os próprios trabalhadores não acreditam neles*”. Outra assentada acrescenta:

Esse assentamento, ele é um assentamento que deu muitos problemas por ser uma área muito próxima à área irrigada, a área do DNOCS, o Canal do Trabalhador. [...] os proprietários aqui na região dizem que o pessoal daqui é vagabundo porque pegou a melhor área doada pelo DNOCS para o assentamento irrigado. Mas eu, aqui com a minha família, nós pagamos! (Mônica Monteiro⁷, 2025)

E completa:

[...] pessoas que vão dizendo que sem-terra é vagabundo, que vai tomar a terra dos outros, que são ladrões de terra, que compara o movimento sem-terra com a facção que toma a sua casa, [...] você gostaria que tomassem a sua casa? Isso não é comparação. Até porque quando o proprietário tem uma terra ocupada, ele recebe por aquela terra do governo. O governo paga por aquela terra. E os assentados pagam para o governo quando for no tempo certo. (Mônica Monteiro⁸, 2025)

Assim, por estar situado em uma área vinculada aos projetos de irrigação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), debate explorado por Carvalho (1987), esse território passa a integrar uma dinâmica marcada por articulações complexas com o agronegócio. Essa condição o insere diretamente em um espaço de disputa de poder, no qual se confrontam diferentes projetos de território, tanto no plano dos discursos e das narrativas quanto no plano das políticas públicas materializadas ao longo da história.

Nesse contexto, os assentamentos passam a ser alvo de estigmas sociais que se expressam em diversas formas de violência. Desde ataques físicos — como incêndios criminosos em suas áreas — até agressões simbólicas e verbais, por meio da reprodução de discursos que classificam o/a sem-terra como “invasor(a)”, “ladrão/ladra” e “vagabundo(a)”.

O discurso de outra assentada nos ajuda a entender o papel da comercialização dos produtos e da Feira Cultural da Reforma Agrária (FCRA) para além da dimensão econômica. Trata-se do reconhecimento social do trabalho realizado no assentamento, que ajuda a minimizar ou reverter um pouco essas situações, em relação ao imaginário social sobre assentamentos da reforma agrária:

⁵ Informação concedida em entrevista no dia 23 de setembro de 2025.

⁶ Informação concedida em entrevista realizada em 23 de setembro de 2025.

⁷ Informação concedida em entrevista realizada em 23 de setembro de 2025.

⁸ Informação concedida em entrevista realizada em 23 de setembro de 2025.

Quando a gente chega no comércio, gente diz assim (**peessoas comentam**): “olha, eu vi aqui na feira. Aquele produto que vocês fazem!” É um reconhecimento, então isso para mim mudou muito a minha autoestima, a gente saber que são reconhecidas, que tem um grupo de mulheres que realmente trabalham, porque assentamento existe muito preconceito. Nesse lado de dizer que as pessoas não trabalham, que são vagabundas, né? E isso aí é uma coisa que, quando eu chego num canto, e eu sou conhecida e o grupo, eu fico muito feliz. Porque sair de um assentamento desse... né? (Rejane Oliveira⁹, 2025, grifos nossos)

A comercialização, nesse sentido, não se restringe à geração de renda, mas se converte em reconhecimento social, fortalecimento da autoestima e afirmação da identidade camponesa. E mais, na autonomia do trabalho da mulher e na importância da reforma agrária popular.

Nesse contexto, os relatos destacam a importância das agroindústrias para a convivência com o semiárido e a alimentação saudável. Na entrevista com o grupo de mulheres “Vitória da Luta” do assentamento Bernardo Marim II, uma representante afirma:

Duas coisas importantes da nossa agroindústria. **Primeiro**, aqui nós usa bem pouquinha água. Nós somos uma agroindústria do semiárido nordestino! Aqui nós só usa água para fazer o queijo cremoso, o leite e o requeijão como ingrediente... de treze produtos, dez não usa água. [...] se tem critério de sustentabilidade, aqui é uma. [...] essa questão do semiárido, que eu dei o destaque, porque pensar uma produção agroindustrial com pouca água, isso é uma outra coisa interessante, porque você sabe que a água hoje é um ponto de muitos problemas de contaminação. Então imagina que a maioria dos produtos nossos são produtos com a castanha assada. De alguma forma, isso dá uma qualidade, que é outro destaque que eu quero dar, né? A maioria dos nossos produtos, eles são, o benefício da castanha, ela passa por a castanha assada. Então isso também dá uma qualidade ao nosso produto, inclusive dessa questão de evitar contaminação. Essas (**eram as**) duas coisas que eu queria destacar! (Maria de Jesus¹⁰, 2025, grifos nossos).

Assim, os relatos destacam a relação das agroindústrias para a convivência com o semiárido, sobretudo por utilizarem pouca água no processamento. E pela preocupação com a saúde das pessoas, revelando-se, por exemplo, no cuidado com o processo de torrefação da castanha, realizado tanto para a produção de derivados quanto para a prevenção de contaminações.

Tal argumento revela uma contradição escancarada: enquanto o MST organiza milhares de famílias para produzir alimentos saudáveis, de qualidade e sustentáveis para a população brasileira, sua contribuição social sofre resistência e contestação. Esses ataques vêm de setores da sociedade moldados por um imaginário que privilegia o agronegócio e os interesses da burguesia, vinculados às estruturas estatais e midiáticas.

4.2. A técnica, a tecnologia e a práxis camponesa do MST-CE no Vale do Jaguaripe

Com isso, é importante destacar as estruturas materiais e simbólicas que atravessam o processo de conquista da terra. Trata-se da presença da *tecnosfera* (Santos, 2006), expressa pela infraestrutura

⁹ Informação concedida em entrevista realizada em 23 de setembro de 2025.

¹⁰ Informação concedida em entrevista realizada em 23 de setembro de 2025.

material: habitação, energia elétrica, água tratada nos domicílios, estradas em boas condições, sistemas de comunicação, áreas de lazer e os diversos serviços sociais, como educação e saúde. E, ao mesmo tempo, da *psicosfera* (Santos, 2006), isto é, conjunto de valores, significados, práticas e modos de vida que orientam a organização camponesa e conferem sentido ao território construído.

Tais elementos associam-se à concepção de produção camponesa defendida pelo MST-CE (2023), caracterizada como ambientalmente saudável, estável, viável, igualitária, autônoma, participativa e humana. Em resumo, a constituição de territórios mediada pela apropriação da práxis, das técnicas e das tecnologias (Freire, 1970; Santos, 2006), se realiza em múltiplas vivências nos territórios de reforma agrária. Entre elas está:

I. A **apropriação, adaptação contextual e/ou reinvenção do uso de tecnologias – maquinários** e equipamentos, como balanças digitais, caixas d'água utilizadas para o armazenamento e abastecimento local e o emprego de automóveis particulares para o transporte das mercadorias, conforme exemplificado na **Figura 02**:



Figura 2 – Expressões da tecnosfera em assentamentos do MST-CE.

Fonte: Arquivos da autora (2025).

II. A **incorporação de tecnologias sociais**, a exemplo das cisternas, biodigestores e sistemas artesanais de irrigação para a produção de alimentos (**Figura 3**):

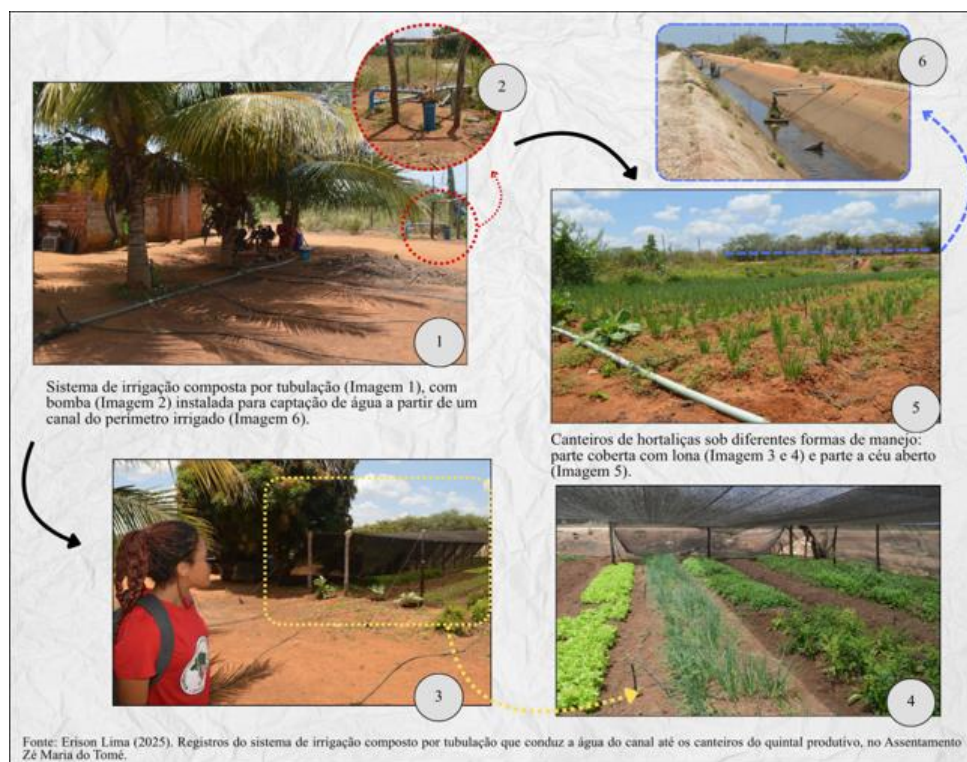


Figura 3 – Tecnologias sociais em quintal produtivo.
Fonte: Arquivos autora (2025).

As **inovações voltadas à sustentabilidade**, como o uso de energia solar, o manejo sustentável da Caatinga, a certificação orgânica e as práticas produtivas que articulam as dimensões sociais, ambientais e territoriais (**Figura 4**).

Essas vivências fortalecem a organização produtiva e a comercialização dos produtos. A apropriação e adaptação contextual de tecnologias – e, em alguns casos, a reinvenção de seus usos – aliadas à articulação de linguagens cartográficas e à inserção no comércio do circuito inferior, revelam formas próprias de fazer e resistir.

Essas práticas, orientadas pela busca da sustentabilidade, articulam dimensões ecológicas, econômicas, culturais e coletivas, configurando uma produção de caráter agroecológico (Caporal, 2008). Nessa perspectiva, destacam-se a cooperação, o respeito aos direitos humanos e o protagonismo das mulheres para a produção agroecológica. Somam-se a esses elementos o debate territorial, o uso de fontes de energia adaptadas ao contexto cearense, o manejo adequado ao bioma, a busca pela certificação orgânica e pelos selos de comercialização, bem como a formação de áreas produtivas agroflorestais.



Figura 4 – Mapa mental: uso de tecnologias sustentáveis pelo MST-CE.
Fonte: Arquivos da autora (2025), segundo dados fornecidos pelo MST-CE.

Nesse viés, é válido ressaltar que o setor de produção do MST-CE está organizado em regiões produtivas, cujas cadeias se estruturam conforme o contexto socioambiental de cada território. A partir das associações de assentamentos, cooperativas e agroindústrias, os(as) assentados(as) e acampados(as) ampliam sua visibilidade e fortalecem as redes de troca e cooperação que sustentam as relações comerciais.

Com essa dinâmica, os produtos – tanto *in natura* quanto processados – são comercializados em feiras locais, regionais e em eventos de alcance nacional, consolidando circuitos econômicos solidários e reafirmando o território como espaço de resistência e recriação camponesa.

Em relação aos produtos agrícolas, destacam-se verduras, frutas, mel, chás, cachaça, doces, pastas, coalhadas e outros alimentos produzidos nos assentamentos. A produção agroindustrial das cinco cooperativas regionais do MST-CE envolve, diretamente, 879 famílias de 75 áreas da reforma agrária em 27 municípios. Juntas, beneficiam cerca de 87 produtos, das diferentes cadeias produtivas – castanha, leite, mel, mandioca e frutas, além do beneficiamento de verduras e legumes produzidos nos quintais produtivos.

Essa produção se territorializa no estado conforme esferas ambientais, culturais, práticas de manejo, acesso a recursos e especialidades – formando redes de canais de troca entre diversos assentamentos. Isso ocorre porque a produção é marcada pela sazonalidade, isto é, pela variação temporal associada aos ciclos produtivos e às safras, que dependem das condições climáticas, do

regime de chuvas e do calendário agrícola de cada cultura. Assim, determinados produtos podem estar disponíveis em um período específico do ano e deixar de ser ofertados em outro, sobretudo quando se trata de produtos *in natura*.

Cabe lembrar que, nos anos 2000, o MST intensificou o debate sobre a produção contextualizada, enfrentando o uso de agrotóxicos e transgênicos, valorizando a comercialização direta e combatendo o atravessador. Nesse contexto, o movimento estruturou um projeto político de denúncia, incluindo a defesa da rotulagem de transgênicos, como parte de uma crítica mais ampla ao modelo do agronegócio.

A partir dessa organização interna, articula-se um processo de discussão que culmina na construção de mecanismos estratégicos do movimento – entre eles, as Feiras da Reforma Agrária e os Armazéns do Campo, presentes em diversos territórios do país. A primeira Feira Nacional da Reforma Agrária ocorreu em 2015. Sua realização foi de suma importância para reunir produtos da produção do MST nacionalmente. A esse respeito, Lourdes Vicente¹¹ (2025) lembra:

A primeira feira nacional, que foi um negócio que [...] impactou todo mundo, assim, porque era um período de longa seca, por exemplo, no Nordeste, que impactou pela quantidade e pela variada variedade de produtos. Quando nós juntamos todos os produtos do Brasil inteiro, foi assim, unânime o papel do Nordeste na diversificação da produção. [...] O Nordeste teve uma diversificação, e todo mundo ficou assim impressionado: como pode, com tanto período de seca? Que foi aquele período que começou em 2011, foi que a gente foi ter uma chuvinha assim inicialmente, mas foi um longo período. E ter tanta variedade de produtos e a quantidade. (Lourdes Vicente¹², 2025)

Diferentemente de outras regiões do país, cuja produção historicamente se organiza em torno do excesso de produção de um único produto, a produção nordestina caracteriza-se pela diversidade¹³ de alimentos. A reunião de produtos oriundos de distintas partes do território cearense destaca um expressivo conjunto de variedades, revelando o potencial produtivo do semiárido cearense.

Lourdes Vicente¹⁴ (2025) aprofunda essa reflexão ao destacar que, durante o processo de organização da primeira feira nacional, prevalecia uma compreensão que confronta a restrição à produção agrícola sazonal do grande roçado. Ao considerar os quintais produtivos, é possível tensionar essa leitura, ao se apresentarem como formas de produção contínuas, diversificadas e, em grande medida, invisibilizadas nas análises tradicionais.

¹¹ Informação concedida em entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2025.

¹² Informação concedida em entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2025.

¹³ Essa diversidade está relacionada ao predomínio da agricultura camponesa, às variações naturais na transição entre diferentes biomas e à maior adaptação às condições climáticas.

¹⁴ Informação concedida em entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2025.

Eu lembro que do Ceará nós levamos meio caminhão de coco, de macaxeira, do litoral. Aí foi pegando do Ceará todinho. Foi um negócio que nos impressionou mesmo! Porque normalmente a gente naturaliza, né? De modo geral, a gente diz assim: eu produzo milho e feijão no inverno. E no restante nós não produzimos... Só que quando a gente vai olhar os quintais produtivos, por exemplo, essa diversificação muitas vezes não é contabilizada, porque ela ainda é para o consumo interno da família, ainda não é um aspecto produtivo. (Lourdes Vicente¹⁵, 2025)

Nesse sentido, também pode-se avaliar a importância da Feira Cultural da Reforma Agrária, que ocorre geralmente no segundo sábado de todo mês no Centro Frei Humberto, no bairro São João do Tauape, Fortaleza-CE, desde o ano de 2016. Essa feira contribuiu para explicitar a necessidade de discutir os processos de comercialização da produção, bem como a afirmação de uma cultura alimentar própria do semiárido na capital do estado.

Segundo Coelho *et al.* (2024), a cultura alimentar abrange um amplo processo que envolve a produção e preparação dos alimentos, bem como o comércio desses produtos (Coelho *et al.*, 2024). Assim, seu valor enquanto uso (Woortmann, 1990) envolve-se por relações tradicionais, de identidade que se ressignificam nas temporalidades. Contudo, isso envolve todo um processo que vai da apropriação de estruturas e infraestruturas, técnicas e tecnologias para a produção, manipulação/preparo desses alimentos.

Desse modo, a cultura alimentar camponesa ultrapassa a dimensão estrita da produção e do consumo. Afirmando-se, assim, como prática política de resistência, de construção identitária e de reivindicação de direitos coletivos, em oposição às múltiplas formas de opressão e em defesa da valorização de seus saberes, práticas, modos de vida e territórios.

Com isso, a pesquisa revela que a reprodução do campesinato no Ceará ocorre por meio da articulação entre trabalho familiar, território e organização coletiva, configurando-se como forma permanente de resistência frente à expansão do agronegócio. Além disso, os assentamentos e acampamentos são espaços de recriação territorial, nos quais se expressam as contradições da luta de classes e o avanço da territorialização camponesa traduzindo-se nas formas de ser, viver, comer e estar no semiárido.

5. CONCLUSÃO

Expresso Os resultados demonstram que a produção se consolida como etapa fundamental após a conquista da terra, assumindo caráter político, social e ambiental, voltado à produção de alimentos sustentáveis e socialmente necessários. Nesse processo, destacam-se os territórios produtivos

¹⁵ Informação concedida em entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2025.

organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que se fundamentam na agroecologia, no cooperativismo, na solidariedade e na autodeterminação.

A análise da paisagem agrária revelou desigualdades territoriais, marcadas por condições climáticas adversas, presença de perímetros irrigados e negligência estatal, especialmente no Vale do Jaguaribe e em áreas de conflito. Foram identificadas contradições estruturais, violências e formas diversas de resistência, expressas na produção coletiva, no uso de tecnologias sustentáveis e na construção de práticas de autogestão do movimento.

Destacou-se, ainda, a organização da produção por cadeias produtivas contextualizadas ao meio ambiente e à cultura local, como mel, caju, leite, mandioca e carne, sustentadas por quintais produtivos, agroindústrias familiares e áreas agroecológicas que reafirmam uma cultura alimentar no/do semiárido.

O estudo também revelou o protagonismo das mulheres camponesas na luta, produção e comercialização, fortalecendo a autonomia econômica, os quintais produtivos e as feiras, reafirmando seu papel central para a construção da resistência e reprodução social dos territórios da reforma agrária no Ceará.

Por fim, conclui-se que as tecnologias sociais adotadas contribuem para a produção camponesa de bem viver nos territórios, autonomia dos sujeitos, segurança e soberania alimentar e valorização dos saberes locais. Tais práticas, associadas à organização política do MST no Ceará, garantem a permanência e sucessão das famílias no campo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (PROPGEU-UVA) pela infraestrutura e suporte acadêmico para o ensino, pesquisa e extensão. Aos membros do Laboratório de Agrária e Estudos Territoriais (LAET), pela colaboração e incentivo, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro, que possibilitaram a realização e difusão desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. **Acordo cria o primeiro assentamento irrigado do Ceará**. Brasília, 29 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/acordo-cria-o-primeiro-assentamento-irrigado-do-ceara>. Acesso em: 2 mar. 2026.

CAPORAL, F. R. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**, São Paulo, v. 2, p. 261-302, 2008.

CARVALHO, I. M. M. **O Nordeste e o regime autoritário**: discurso prática do planejamento regional. São Paulo: HUCITEC-SUDENE, 1987.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil municipal 2017 (Russas)**. Fortaleza: IPECE, 2018a. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Russas2017.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil municipal 2017 (Limoeiro do Norte)**. Fortaleza: IPECE, 2018b. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Limoeiro_do_Norte_2017.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

COELHO, A. F. A.; AMORIM, F. T. S.; PEREIRA, J. S.; IMBALI, U. V.; RUFINO, M. S. M. Movimento Slow Food: biodiversidade e cultura alimentar. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 6, p. 1-12, 2024.

ELIAS, D. S. Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense. **Mercator**: Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 61-69, 2003.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda., 1964.

FARIAS, A. **História do Ceará**. História do Ceará. 7. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DINIZ, A. S. **Trilhando caminhos**: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LOPES, R. S.; DUTRA, C. S. Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência: territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE. **Terra Livre**, São Paulo, v. 37, n. 59, p. 834-876, 2022.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Rev. NERA**, Presidente Prudente/SP, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) - CEARÁ. **Organização dos trabalhadores na agricultura familiar**: fortalecendo a produção, agregando valor e comercializando. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA). Apresentação: Antônio José, Executiva Estadual do Setor de Produção do MST – CE. Novembro, 2023. [Regimento interno – slide].

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, R. B. D. (Org.). **Trabalho, estranhamento e emancipação**: volume I. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. (Coleção NIEP Marx, v. 1).

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA, A. W. V. Agricultura familiar ou camponesa? Reflexões e tensões a respeito dos conceitos. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**: Sobral-CE, v. 25, n. 1, p. 175-188, 2023.

PEREIRA, J. M. M. Avaliação do projeto Cédula da Terra (1997-2002). **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 26, n. 75, p. 111-136, 2012.

RIGOTTO, R. M.; CARNEIRO, F. F.; MARINHO, A. M. C. P.; ROCHA, M. M.; FERREIRA, M. J. M.; PESSOA, V. M.; TEIXEIRA, A. C. A.; SILVA, M. L. V.; BRAGA, L. Q. V.; TEIXEIRA, M. M. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciencia & Saude Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1533-1542, 2012.

SABOURIN, E. Será que existe camponeses no Brasil? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

WOORTMANN, K. “**Com parente não se negocia**”: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.